



Prefeitura de Jacareí
Secretaria de Meio Ambiente

Jacareí, 28 de agosto de 2017

Ofício nº 52/2017-SMA-S

PROTOCOLO Nº	192	TIPO:	A
DATA	29/8/17	ASS:	[assinatura]
CAMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ			

Ilma.Vereadora

Lucimar Ponciano

Prezada senhora:

Em resposta à sua Indicação nº 425/2017, é o presente para informar à Ilustríssima Vereadora, que nos termos da manifestação da Diretoria de Parques e Áreas Verdes, pelo menos neste momento, a Administração Municipal não poderá se valer dos recursos das frentes de trabalho, uma vez que o Município de Jacareí, possui um Plano de Limpeza Urbana, que em 2010 foi dado em concessão através de processo licitatório pelo prazo de 30 anos, e qualquer alteração possui obstáculos jurídicos e financeiros que devem ser levados em consideração quando da decisão respectiva.

Atenciosamente

Rossana Vasques

Secretária de Meio Ambiente

À

DDª Presidente da Câmara Municipal de Jacareí

Praça dos Três poderes nº 74-Centro

Jacareí-SP.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

RC

Tramitado em Sessão

INDICAÇÃO Nº 425/2017


Assunto: Formação de "frentes de trabalho" para a execução de serviços de capina e limpeza de próprios públicos e imóveis particulares, nos termos da lei.

INDICAMOS ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Jacareí, Izaías José de Santana, sejam tomadas as providências cabíveis visando à formação de "frentes de trabalho" para a execução de serviços de capina e limpeza de próprios públicos e imóveis particulares, nos termos da lei.

Solicitamos a elaboração de estudos visando à formação de frentes de trabalho, por prazo determinado, objetivando, principalmente, a limpeza e capina de próprios públicos, bem como de imóveis particulares em situação irregular neste quesito, em observância ao disposto no Código de Normas, Posturas e Instalações Municipais.

Na certeza de recebermos especial atenção ao indicado, subscrevemos agradecidos.

Sala das Sessões, 15 de março de 2017.



LUCIMAR PONCIANO
Vereadora - PSDB
Presidente -

Stc Ver. Lucimar Ponciano

Venho por meio deste esclarecer que atualmente contamos com as equipes da empresa terceira concessionária Ambiental pi serviços de capina, roçada e manutenção estrutural pi propriedades públicas, além de podas de árvores em áreas públicas, além de uma equipe própria (servidores do Viveiro Municipal) que realizam a manutenção e revitalização de paisagismo e jardinagem de equipamentos públicos.

A partir da demanda a surgir de capina e limpeza de imóveis particulares, estas deverão ser atendidas pelas mesmas equipes, conforme nossa capacidade de recursos humanos.

04/05/2017


Marcos R. Maturano de Sousa
Diretor de Parques
e Áreas Verdes

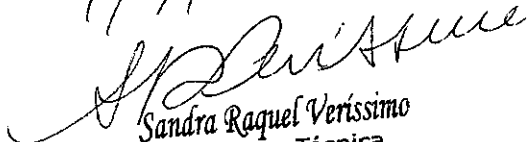
Sr. Diretor de
Parques e Áreas
Verdes.

Segue em anexo a Lei Federal que trata de assunto objeto deste ofício. Para que a Administração Municipal possa utilizar este sistema, necessário ter um estudo, e eventualimento de várias alternativas.

Gentilza analisar a viabilidade ou não do Município em contratar da forma indicada pela Gralhera.

S.M.J. a decisão caberá ao chefe do Executivo.

4/7/2017

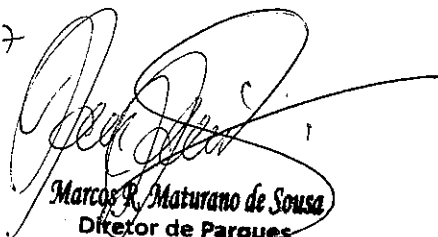

Sandra Raquel Veríssimo

Assessora Técnica
SMA

Alc Sandra Raquel Veríssimo
Assessora Técnica

Considerando que o serviço referido é executado por empresa terceira, mediante concurso, e esta não possui uma política interna para contratação de percentual de egressos do sistema penitenciário, e que a criação de equipes próprias, pela Administração Municipal demandaria criação de lei específica para o tema, não considere interessante ao cabido o desenvolvimento desta matéria.

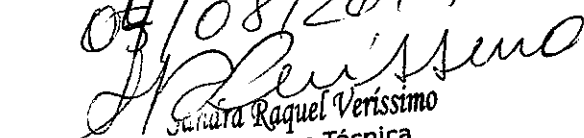
04/07/2017


Marcos R. Maturano de Sousa
Diretor de Parques
e Áreas Verdes

A
Sra Secretária de meio ambiente
Ressana Vasques

Consulto V. Sa sobre o posicionamento do Sr Diretor de Parques e Áreas Verdes, sobre o considerar que este programa para ser implantado no município necessita de Lei, de Legislação, de aprovação da Câmara Municipal, com previsão de tempo hábil, além do acompanhamento da Secretaria de Assistência Social, Segurança e Administração.

04/08/2017


Sandra Raquel Veríssimo
Assessora Técnica
SMA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

Decreto nº 55.126, de 7 de Dezembro de 2009

Institui o Programa de Inserção de Egressos do Sistema Penitenciário no Mercado de Trabalho - PRÓ-EGRESSO e dá providências correlatas

JOSÉ SERRA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, Decreta:

Artigo 1º - Fica instituído o Programa de Inserção de Egressos do Sistema Penitenciário no Mercado de Trabalho - PRÓ-EGRESSO, no âmbito do Estado de São Paulo, como parte do processo de reinserção social, de que trata o artigo 10 da Lei federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal e alterações posteriores.

Artigo 2º - São beneficiários do Programa PRÓ-EGRESSO:

I - o egresso do sistema penitenciário, assim considerado para os fins deste decreto:

a) o que tenha sido liberado definitivamente, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da data da saída do estabelecimento prisional, conforme preceitua o inciso I do artigo 26 da Lei de Execução Penal e alterações posteriores;

b) o que tenha cumprido sua pena integralmente há mais de 1 (um) ano;

c) o desinternado nos termos do § 3º do artigo 97 do Código Penal Brasileiro;

d) o que esteja no gozo do benefício de Livramento Condicional, durante o período de prova, nos termos do inciso II do artigo 26 e artigo 131 e seguintes da Lei de Execução Penal e alterações posteriores e artigo 83 e seguintes do Código Penal Brasileiro e alterações posteriores;

II - o que cumpre pena em regime semiaberto ou aberto, nos termos do artigo 33 e seguintes do Código Penal Brasileiro e alterações posteriores c/c o parágrafo único do artigo 19, § 1º do artigo 82, artigos 89, 91 a 95 e 110 a 119, todos da Lei de Execução Penal e alterações posteriores;

III - o favorecido pela concessão da suspensão condicional da pena - "SURSIS", regulada pelo artigo 77 e seguintes do Código Penal Brasileiro e alterações posteriores, e artigo 156 e seguintes da Lei de Execução Penal e alterações posteriores;

IV - o condenado a penas restritivas de direitos, nos termos do artigo 43 e seguintes do Código Penal Brasileiro e alterações posteriores, ou contemplado com o benefício da transação penal, oferecido e aceito conforme dispõe o artigo 76 e seus §§ da Lei federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e alterações posteriores;

V - o anistiado, agraciado, indultado e perdoado judicialmente e os demais casos cuja punibilidade tenha sido declarada extinta nos termos do artigo 107, incisos II a VI e IX, do Código Penal Brasileiro e alterações posteriores e artigos 187 a 193, da Lei de Execução Penal e alterações posteriores.

Artigo 3º - O PRÓ-EGRESSO consiste em ações conjuntas entre a Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho e a Secretaria da Administração Penitenciária, mediante:

I - capacitação em cursos e atividades de qualificação social e profissional;

II - alocação no mercado de trabalho por meio do aproveitamento das habilidades profissionais pregressamente desenvolvidas, ou daquelas criadas após frequência regular aos cursos de formação disponibilizados pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho;

III - estímulo à participação dos indivíduos a que se refere este decreto, bem como da população carcerária, em atividades laborais que aproveitem suas habilidades pessoais, de maneira a contribuir com sua gradativa reinserção no meio social;

IV - acompanhamento pedagógico e psicossocial dos beneficiários das ações previstas neste decreto.

§ 1º - A Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho e a Secretaria da Administração Penitenciária poderão contar com o apoio e a colaboração de outros órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta, no limite de suas respectivas áreas de atuação, para atingimento do fim a que se destina este programa.

§ 2º - As demais ações e forma de execução serão definidas em Termo de Cooperação a ser firmado entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho e a Secretaria da Administração Penitenciária.

Artigo 4º - Para a consecução dos objetivos contidos neste decreto, fica facultada, aos órgãos da Administração Direta e às entidades da Administração Indireta, nos editais que cuidarem de licitar obras e serviços, a exigência de que a proponente vencedora disponibilize, para execução do contrato, vagas de trabalho aos beneficiários indicados no artigo 2º, da seguinte forma:

I - 5% (cinco por cento) das vagas para um contingente mínimo de 20 (vinte) trabalhadores;

II - 1 (uma) vaga, quando o mínimo de trabalhadores for 6 (seis) e o máximo 20 (vinte).

Parágrafo único - Na obra ou serviço que necessite para sua realização até 5 (cinco) trabalhadores será facultativa a contratação de que cuida o PRÓ-EGRESSO.

Artigo 5º - A relação de proporcionalidade entre as vagas disponibilizadas aos beneficiários do PRÓ-EGRESSO e aquelas necessárias ao adimplemento do ajuste administrativo, nos termos do que dispõe o artigo 4º deste decreto, deverá ser mantida durante todo o tempo da execução do contrato, incluindo-se aí suas prorrogações, no limite determinado pela legislação.

§ 1º - Havendo demissão, nos casos de que cuida este decreto, a contratada deverá proceder sua comunicação ao fiscal ou ao responsável pela gestão e acompanhamento do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para a Administração atualizar seus cadastros.

§ 2º - A contratada deverá, em até 5 (cinco) dias corridos, providenciar o preenchimento da vaga em aberto, com o auxílio dos cadastros mantidos pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho e pela Secretaria da Administração Penitenciária, se necessário, respeitadas suas necessidades, nos termos de que trata o artigo 2º deste decreto.

§ 3º - O cálculo do contingenciamento de vagas será realizado considerando-se o número de trabalhadores necessários à execução da obra ou serviço, desde que em regime de dedicação exclusiva.

Artigo 6º - A contratação dos beneficiários do PRÓ-EGRESSO, realizada conforme o que dispõe o artigo 4º deste decreto, dar-se-á formalmente, nos termos da legislação pertinente, do seguinte modo:

I - publicado o edital que licitará obra ou serviço, e desde que o administrador público responsável pelo certame escolha aderir ao PRÓ-EGRESSO, a proponente deverá encaminhar, concomitantemente aos documentos exigidos na fase de habilitação, carta de compromisso afirmando sua disposição em contratar, nos limites estabelecidos no artigo

PEAD - Programa Emergencial de Auxílio Desemprego / Frente de Trabalho

Cadastro de usuários do serviço do Programa PEAD. Utilizado para controle do acesso ao benefício de bolsa-auxílio, auxílio alimentação, curso de qualificação profissional, seguro contra acidentes pessoais, auxílio deslocamento, se o participante morar a 2 km ou mais de distância do local de trabalho. Alimentado por um serviço de atendimento, a partir de informações fornecidas pelo próprio usuário.

Dados e recursos

Este conjunto de dados não tem dados

Informações Adicionais

Campo	Valor
Fonte(s)	Próprio órgão
Restrição de Acesso	Restrição parcial
Campos com restrição	A base contém dados pessoais dos trabalhadores, que não podem ser integralmente publicados, em virtude de disposição legal.
Motivo da restrição	Restrição legal para a divulgação de dados pessoais
Principais Informações	Dados do cidadão: sexo, idade, região de residência, se é portador de deficiência, se é egresso do sistema penitenciário, grau de escolaridade, há quanto tempo está desempregado, se recebe seguro desemprego / aposentadoria.
Referência temporal	Não se aplica (dados não se referem a períodos)
Referência espacial	Município
Dados Georreferenciados	Não
Sistema gerenciador	MS SQL Server
Acesso à base	Mediante consulta
Observações	O Programa foi criado pela lei nº 10.321 de 8 de junho de

Campo

Valor

1999 e regulamentado pelo decreto nº 44.034 de mesma data. O Programa foi criado em caráter emergencial, para atender até 50 mil trabalhadores pelo período de 6 meses, prorrogáveis por até 3 meses. Posteriormente, a lei nº 10.618 de 19 de julho de 2000 alterou o caput do art. 1º da lei anterior, excluindo a limitação de 50 mil trabalhadores atendidos pelo programa. Dessa forma, o PEAD se tornou definitivo.